



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1ª ETAPA - 17/12/2005

Comissão do Concurso

Titulares

Juiz Laurival Ribeiro da Silva Filho - Presidente
Juiz Luis Carlos Candido Martins Sotero da Silva - Membro
Dr. Alexandre Augusto Gualazzi — Membro (OAB)

Suplentes

Juiz Antônio Miguel Pereira
Juíza Olga Aida Joaquim Gomieri
Dr. Claudio Felipe Zalaf — Membro (OAB)

Comissão Examinadora

Titulares

Juíza Tereza Aparecida Asta Gemignani- Presidente
Juiz José Carlos Ábile - Membro
Dr. Mauro Tracci - Membro (OAB)

Suplentes

Juiz Edson dos Santos Pelegrini
Juíza Maria da Graça Bonança Barbosa
Dr. Dárcio José Novo - Membro (OAB)

Boa Sorte !



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1ª ETAPA - 17/12/2005

INSTRUÇÕES

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura devem ser conferidos. Não rubrique, não dobre e não amasse a **FOLHA-RESPOSTA**.
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno de prova contém **50(cinqüenta) questões**, de múltipla escolha. Verifique também se as questões estão legíveis. **Constando qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa) **solicite imediatamente a substituição. NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.**
3. **Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada.** A Comissão Examinadora, os Presidentes de Sala e os fiscais não darão quaisquer esclarecimentos, pois a compreensão da prova é encargo do candidato.
4. Não se admite rasura na **FOLHA-RESPOSTA** ou uso de corretivos. **NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA-RESPOSTA.**
5. A **FOLHA-RESPOSTA** deve se assinalada com **caneta esferográfica preta.**
6. **É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, livros, códigos e legislação em geral. A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.**
7. Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro.
8. **Por motivo de segurança, não se permite durante a prova, o uso de aparelhos celulares, notebooks, calculadoras e palmtop ou similares. A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.**
9. A prova tem duração de **quatro horas** e esgotado o tempo **fica o fiscal autorizado a retirar, de pronto, a FOLHA-RESPOSTA.**
10. **Aguarde a ordem para abrir o CADERNO DE QUESTÕES.**

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

1ª QUESTÃO – A Organização Internacional do Trabalho (OIT), principal órgão de afirmação e defesa do direito do trabalho no âmbito internacional, que tem como objetivo a universalização dos princípios protetores do trabalho e de promoção da melhoria das condições sociais da população mundial, foi instituída:

a- pela ONU em 1948, através da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que consagrou, entre os direitos civis e políticos, também os direitos econômicos, sociais e culturais da humanidade, o que só se tornou possível ao final da 2ª Grande Guerra Mundial.

b- pelo Tratado de Versailles em 1919, que dispôs sobre a estrutura, funcionamento e finalidades da organização, cuja Constituição repetiu diversos dispositivos do Tratado de Paz firmado ao fim da 1ª Grande Guerra Mundial.

c- pela Declaração de Filadélfia em 1944, na qual foram estabelecidos seus fins e objetivos, sob a inspiração das quatro liberdades de *Roosevelt*, cuja Constituição somente seria promulgada após o fim da 2ª Grande Guerra Mundial.

d- pelo Tratado de Versailles em 1945, que dispôs sobre a estrutura, funcionamento e finalidades da organização, cuja Constituição repetiu diversos dispositivos do Tratado de Paz firmado ao fim da 2ª Grande Guerra Mundial, sendo reconhecida pela ONU em 1946.

e- pelo Tratado de Versailles em 1919, mas cuja atuação efetiva somente foi possível com a revisão de sua Constituição e o reconhecimento pela ONU em 1946.

2ª QUESTÃO – Adotada pela OIT em 1998, a Declaração sobre Princípios Fundamentais e Direitos do Trabalho é um compromisso dos governos, das associações de trabalhadores e empregadores para promoção de valores humanos, no âmbito social e econômico estabelecendo:

a- três princípios fundamentais: eliminação do trabalho forçado; abolição do trabalho infantil e não discriminação do trabalho da mulher.

b- três princípios fundamentais: eliminação do trabalho forçado; abolição do trabalho infantil e erradicação do trabalho informal.

c- quatro princípios fundamentais: liberdade sindical, consistente na liberdade de associação e direito à negociação coletiva; eliminação do trabalho forçado; abolição do trabalho infantil e erradicação da discriminação no local de trabalho.

d- cinco princípios fundamentais: liberdade sindical, consistente na liberdade de associação e direito à negociação coletiva; eliminação do trabalho forçado; abolição do trabalho infantil; erradicação do trabalho informal e erradicação da discriminação da mulher no local de trabalho.

e- quatro princípios fundamentais: eliminação do trabalho forçado; abolição do trabalho infantil; erradicação do trabalho informal e fomento do trabalho decente.

3ª QUESTÃO – Quanto ao trabalho do menor, assinale a alternativa **CORRETA**:

a- O Brasil ratificou a Convenção 138 da OIT de 1973, que estabeleceu a proibição do trabalho do menor de 15 anos, mas também reconheceu que em relação ao país-membro, cuja economia e condições de ensino forem insuficientes, poderá ser admitida a idade mínima de 14 anos, após consulta às organizações de empregadores e trabalhadores.

b- O Brasil ratificou a Convenção 138 da OIT de 1973 que estabeleceu a proibição do trabalho do menor de 14 anos, sem qualquer exceção.

c- O Brasil ratificou a Convenção 138 da OIT de 1973, que dispôs sobre a proibição do trabalho do menor que ainda não tenha concluído o ensino fundamental e obrigatório, sem qualquer exceção, permitindo apenas a aprendizagem a partir dos 16 anos.

d- O Brasil não ratificou a Convenção n. 138 da OIT de 1973, por ser incompatível com as disposições da Emenda Constitucional n. 20 de 15-12-1998.

e- o Brasil não ratificou a Convenção 138 da OIT de 1973, que dispôs sobre a proibição do trabalho do menor de 18 anos, por colidir com o disposto na Constituição Federal de 1988.

4ª. QUESTÃO: Compete à Conferência Internacional do Trabalho elaborar e aprovar a regulamentação internacional do trabalho e as questões que lhes são conexas, podendo adotar apenas os seguintes instrumentos:

a-Convenções que devem ser obrigatoriamente ratificadas pelos Estados membros para integrarem o respectivo ordenamento, e Recomendações que devem ser submetidas ao Poder Legislativo dos Estados Membros, que podem ou não acatar sua sugestão de elaboração de norma.

b-Convenções que devem ser obrigatoriamente ratificadas pelos Estados membros para integrarem o respectivo ordenamento; Recomendações que devem ser submetidas ao Poder Legislativo dos Estados Membros, que podem ou não acatar sua sugestão de elaboração de norma, e Resoluções que não implicam em obrigação de cumprimento.

c-Convenções que devem ser obrigatoriamente ratificadas pelos Estados membros para integrarem o respectivo ordenamento e Resoluções que não acarretam qualquer obrigação, sendo apenas convite para adoção das medidas nela contidas.

d-Convenções que devem ser obrigatoriamente ratificadas pelos Estados membros para integrarem o respectivo ordenamento e Diretivas, na forma de normas programáticas que devem ser observadas pelos Estados Membros, nos mesmos moldes do sistema adotado pela União Européia.

e-Convenções que devem ser obrigatoriamente ratificadas pelos Estados membros para integrarem o respectivo ordenamento; Resoluções que devem ser submetidas ao Poder Legislativo dos Estados Membros, que podem ou não acatar sua sugestão de elaboração de norma e Recomendações que não acarretam qualquer obrigação, sendo apenas convite para adoção das medidas nela contidas.

5ª. QUESTÃO – Quanto à vigência internacional de uma Convenção da OIT é **CORRETO** afirmar que:

a-é determinada pela Conferência Internacional do Trabalho, tem efeito imediato e independente de ratificação pelos Estados membros da OIT, podendo ser objeto de revisão pela Conferência, quando será substituída por uma nova Convenção.

b- é determinada pela Conferência Internacional do Trabalho, independentemente da ratificação dos Estados membros da OIT, não sendo possível a revisão, mas apenas a revogação pela respectiva Conferência.

c-depender da ratificação pelos Estados membros, em número mínimo de cinco Estados, estando sujeita a revisão pela Conferência, quando poderá ser substituída por uma nova Convenção.

d-depender da ratificação pelos Estados Membros, cujo número e condições são fixados pela própria Convenção, estando sujeita a revisão pela Conferência, quando poderá ser substituída por uma nova Convenção.

e-depender da ratificação pelos Estados Membros, cujo número necessário é fixado pela própria Convenção, não estando sujeita à revisão pela Conferência, já que constituem normas mínimas de proteção ao trabalho.

DIREITO CONSTITUCIONAL

6ª QUESTÃO -O princípio da supremacia da Constituição e a atribuição de sua defesa ao Poder Judiciário, é modelo concebido pelo constitucionalismo moderno, tendo sido adotado pela Constituição de 1988:

a- o sistema de um controle único da constitucionalidade, apenas na forma concentrada, em que se atribui a um só órgão a competência para apreciação da constitucionalidade de lei.

b-um sistema bipartite, em que o Poder Judiciário detém um dos controles, de forma concentrada, e o Poder Legislativo o outro, agindo através da promulgação de lei, que declare a inconstitucionalidade de outra lei ou ato normativo federal e estadual.

c- apenas o modelo flexível, em que qualquer juiz ou Tribunal, com jurisdição no respectivo território, pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

d- o sistema eclético adotado pelo Poder Judiciário, que alia o modelo flexível, em que há um controle por parte de todos os juizes, e o modelo concentrado ou direto, de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, no que se refere ao julgamento de ações quanto à constitucionalidade/inconstitucionalidade de lei, ato normativo, ou descumprimento de preceito fundamental.

e-o sistema eclético que alia o modelo flexível, e o controle concentrado ou direto, exercido pelo Poder Legislativo através de suas comissões e votações em plenário.

7ª QUESTÃO – Em razão da prevalência dos direitos humanos, como princípio adotado pela República Federativa do Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**:

a- os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes as emendas constitucionais.

b- basta a celebração pelo presidente da República, para que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos sejam integrados ao ordenamento jurídico nacional, como emenda constitucional.

c- os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, que forem celebrados pelo Presidente da República, e referendados pelo Congresso Nacional, terão valor equivalente a emenda constitucional.

d- os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos têm eficácia plena e vigência imediata no sistema jurídico interno.

e- os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

8ª QUESTÃO – Assinale a alternativa **CORRETA**:

a-o princípio da norma mais favorável constitui apenas construção da doutrina, com base no direito comparado e internacional, adotado pelo direito do trabalho por ter como finalidade precípua a melhoria das condições sociais do trabalhador.

b-o princípio da norma mais favorável decorre apenas de construção jurisprudencial, edificada com base no direito comparado e internacional, assim adotado pelo direito do trabalho por ter compromisso em assegurar a melhoria da condição de vida do trabalhador.

- c- O princípio da norma mais favorável foi estabelecido somente através das disposições inovadoras e progressistas da constituição Federal de 1988, ao estabelecer um rol de direitos mínimos, além de outros que visem à melhoria da condição social dos trabalhadores.
- d- O princípio da norma mais favorável detém previsão constitucional desde a Constituição Federal de 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional 01/69 que, além de assegurar direitos trabalhistas reconheceu a existência de outros direitos que, nos termos da lei, visassem à melhoria da condição social dos trabalhadores, disposição que foi mantida pela Constituição Federal de 1988.
- e- O princípio da norma mais favorável não está previsto em lei, assentando-se apenas nas diretivas internacionais fixadas pela OIT.

9ª QUESTÃO -Nos crimes de responsabilidade, os Ministros do Supremo Tribunal Federal são processados e julgados privativamente pelo:

- a- Supremo Tribunal Federal;
- b- Congresso Nacional;
- c- Senado Federal
- d - Superior Tribunal de Justiça.
- e- Conselho Nacional de Justiça

10ª QUESTÃO – A competência exclusiva para autorizar referendo e convocar plebiscito é do :

- a- Supremo Tribunal Federal
- b- Presidente da República;
- c - Senado Federal
- d - Câmara dos Deputados.
- e- Congresso Nacional

11ª QUESTÃO Nos termos da Constituição, o Estatuto da Magistratura Nacional deverá ser instituído por :

- a- lei complementar de iniciativa do Presidente da República
- b- lei complementar de iniciativa do Congresso Nacional
- c- lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal
- d- lei ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal
- e- lei ordinária de iniciativa do Congresso Nacional.

12ª QUESTÃO- A representação da União Federal, judicial e extrajudicialmente, é da competência da:

- a- Advocacia-Geral da União.
- b - Procuradoria Geral da República;
- c - Ministério Público da União
- d- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- e- Procuradoria da Justiça Federal

13ª QUESTÃO- Decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, que julga procedente ADIN e declara inconstitucional a lei X, que havia expressamente revogado a lei W, produz efeito:

- a- ex nunc, restaurando a eficácia da lei W e vinculando apenas os órgãos do Poder Judiciário
- b- ex tunc mantendo a revogação da lei W e vinculando apenas os órgãos da administração pública direta
- c- ex tunc restaurando a eficácia da lei W e vinculando os órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública.

- d- ex nunc mantendo a revogação da lei W e vinculando apenas os órgãos do Poder Judiciário.
- e- ex tunc mantendo a revogação da lei W e vinculando os órgãos da administração pública direta e do Poder Judiciário.

14ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- materialmente a Constituição é o conjunto de normas, inseridas ou não num documento escrito, pertinentes à organização do poder, à distribuição de competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana.
- b- formalmente, a Constituição é o conjunto de normas, inseridas ou não num documento escrito, pertinentes à organização do poder, à distribuição de competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana.
- c- não há diferença entre o conceito material e formal da Constituição
- d- o conceito de Constituição varia conforme o tipo de governo
- e- o conceito de Constituição depende do entendimento do Supremo Tribunal Federal

15ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- a flexibilidade constitucional pode ocorrer tanto nas constituições costumeiras, como nas constituições escritas
- b- só as emendas constitucionais podem ser flexíveis
- c- toda Constituição escrita é rígida
- d- a Constituição brasileira é flexível
- e- a flexibilidade só pode ser reconhecida mediante ADIN suscitada junto ao STF

16ª QUESTÃO Empresa X recebe dois avisos de cobrança de contribuição sindical, de dois sindicatos diferentes, e não sabe para qual recolher.

- a- deverá propor ação na Justiça Federal, pois se trata de questão de natureza constitucional, que envolve a interpretação do artigo 8º da CF/88.
- b- deverá propor ação na Justiça Estadual, pois se trata de questão patrimonial, que envolve a apreciação da natureza da atividade econômica explorada.
- c- não cabe o ajuizamento de nenhuma ação judicial, mas sim de requerimento a ser formulado junto ao Ministério do Trabalho, para que esclareça quanto ao correto enquadramento sindical.
- d- cabe representação junto ao Ministério Público do Trabalho, para que atue como fiscal da lei e, mediante procedimento investigatório, apure qual é o sindicato que detém a representação da categoria patronal.
- e- deverá ser proposta ação na Justiça do Trabalho, pois se trata de matéria afeta à representação sindical

17ª QUESTÃO- O controle da legalidade de atos dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho, quanto a fiscalização das questões de medicina, higiene e segurança no local de trabalho, é efetuado:

- a- pelo Ministério Público do Trabalho que age como fiscal da lei.
- b- pela Justiça Estadual do local em que o auditor está atuando.
- c- pela Justiça do Trabalho, por se tratar de controvérsia oriunda da relação de trabalho.
- d- pela Justiça Federal, pois o auditor fiscal é servidor público federal
- e- pelo Ministério da Saúde, por envolver questões que afetam a saúde no trabalho

DIREITO ADMINISTRATIVO

18ª QUESTÃO – Entre as alternativas abaixo, assinale qual delas expressa um dos atributos próprios do ato administrativo:

- a- presunção de legitimidade
- b- moralidade
- c- publicidade
- d- imparcialidade
- e- universalidade

19ª QUESTÃO – O ato administrativo adstrito a lei reguladora da sua expedição, e que também admite avaliação de conveniência por parte da administração, é:

- a- ato de gestão.
- b- ato discricionário;
- c- ato vinculado;
- d- ato de expediente.
- e- ato de império

20ª QUESTÃO – A supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, pela própria Administração, por não mais atender ao interesse público, denomina-se:

- a- revogação.
- b- anulação;
- c- reversão;
- d- invalidação.
- e- cassação.

21ª QUESTÃO- Quanto a eficácia, o ato administrativo pode ser:

- a- válido , nulo, anulável e inexistente
- b- perfeito, imperfeito e consumado
- c- irrevogável, revogável e suspensível
- d- principal, complementar e intermediário
- e- constitutivo, desconstitutivo e de constatação.

22ª QUESTÃO- Em relação ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, é **CORRETO** afirmar que:

- a- No exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, o servidor não ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, podendo desempenhar ambos, para tanto recebendo os respectivos salários.
- b- em qualquer caso que exija o afastamento do servidor, para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por antiguidade.

- c-em qualquer caso que exija o afastamento do servidor, para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- d-O tempo de serviço do servidor afastado para o exercício de mandato eletivo não será computado para nenhum efeito legal.
- e-O servidor afastado do cargo para exercer o mandato de Prefeito não poderá optar entre a remuneração e os subsídios.

23ª QUESTÃO- No que se refere aos direitos dos servidores públicos, a Emenda Constitucional 19/98 introduziu diversas modificações, sendo **CORRETO** afirmar que:

- a- A Constituição Federal já garantia o direito à livre associação sindical, bem como o direito de greve aos servidores, sendo que a EC 19/98 apenas alterou a natureza da lei de regulamentação deste último direito.
- b- A E.C 19/98 garante o direito de greve a ser exercido mediante lei complementar.
- c- A garantia do direito à livre associação sindical, a ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica, foi instituído pela E.C. 19/98
- d- A EC 19/98 não vedou a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- e- os acréscimos pecuniários, percebidos por servidor público, serão sempre computados e acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

24ª QUESTÃO Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- o trabalhador que for identificado como submetido a regime de trabalho forçado, em decorrência de fiscalização pelo órgão competente, terá direito a três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada.
- b-a percepção do auxílio-acidente inviabiliza o acesso ao seguro-desemprego.
- c-o seguro-desemprego é direito pessoal do trabalhador, podendo ser requerido a partir do dia da rescisão do contrato de trabalho até 120 dias da dispensa.
- d-o empregado doméstico tem direito de receber o seguro-desemprego se, dispensado sem justa causa, tiver trabalhado registrado por pelo menos quinze meses nos últimos vinte e quatro.
- e- é vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada exceto auxílio reclusão e auxílio-doença.

25ª QUESTÃO – O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, quando empregado, que permanecer em atividade sujeito a tal regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social, em decorrência dessa atividade, exceto :

- a-auxílio-acidente e auxílio-doença.
- b-salário-família e reabilitação profissional;
- c-auxílio-doença e serviço social;
- d- serviço social e auxílio-acidente;
- e- salário maternidade e serviço social.

26ª QUESTÃO– O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescida de :

- a – 30%;
- b- 20%;

- c – 25%;
- d – 15%;
- e – 10%.

27ª QUESTÃO – Constitui benefício comum aos segurados e dependentes:

- a – reabilitação profissional;
- b – auxílio-reclusão;
- c – auxílio-doença;
- d – salário-família;
- e – pensão por morte.

28ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- a renda mensal do benefício de prestação continuada não pode ter valor inferior ao salário efetivamente recebido pelo empregado.
- b-a renda mensal do benefício de prestação continuada não pode ter valor inferior ao salário-mínimo.
- c-a renda mensal do benefício de prestação continuada é limitada ao valor do salário de contribuição sem nenhuma exceção
- d- para o segurado que for empregado, no cálculo do valor da renda mensal do benefício previdenciário só serão computados os salários de contribuição referentes aos meses em que houve a efetiva contribuição previdenciária.
- e- para o trabalhador avulso, o valor mensal do auxílio acidente não será computado como salário de contribuição para fins de concessão de aposentadoria

29ª. QUESTÃO- No Brasil, o sistema de seguridade social é organizado com base, entre outros, nos seguintes princípios:

- a-proteção do hipossuficiente e *in dubio pro misero*.
- b-princípio da reciprocidade e equivalência de encargos.
- c-princípio da fraternidade e auxílio aos que mais precisam.
- d-princípio da universalidade da cobertura e do atendimento.
- e-princípio da erradicação da pobreza e redução das desigualdades

30ª QUESTÃO Quando o empregador é pessoa jurídica, inscrita no sistema SIMPLES:

- a- os recolhimentos devidos ao INSS são processados pela regra geral, sem exceção.
- b- os recolhimentos devidos ao INSS apenas excluem as incidências destinadas ao SESC, SENAI, SESI, SENAC e SEBRAE
- c- os recolhimentos devidos ao INSS apenas excluem as incidências referentes ao SAT-
- d- está desobrigado apenas do recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-
- e- o pagamento mensal unificado já inclui as contribuições patronais devidas ao INSS, previstas no artigo 22 da lei 8.212/91.

31ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- toda empresa é obrigada a contribuir para o Seguro de Acidente do Trabalho, devido em percentual único e uniforme.
- b- toda empresa é obrigada a contribuir para o Seguro de Acidente do Trabalho, mas o percentual varia de 10% a 40%, dependendo do tamanho da empresa.

- c- só as empresas de grande porte estão obrigadas ao recolhimento do Seguro de Acidente do Trabalho.
- d- as empresas são obrigadas a contribuir para o Seguro de Acidente do Trabalho, num percentual que varia de 1% a 3%, dependendo do grau de risco da atividade desenvolvida.
- e- só as empresas em que o trabalho é executado em condições de periculosidade e insalubridade estão obrigadas ao recolhimento do Seguro de Acidente do Trabalho.

DIREITO PENAL

32ª QUESTÃO- Usar de violência com o fim de favorecer interesse próprio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, comete crime de:

- a-fraude processual.
- b-coação no curso do processo.
- c-favorecimento processual.
- d-abuso de poder.
- e-favorecimento pessoal.

33ª QUESTÃO -Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não trabalhar em determinados dias, caracteriza crime de :

- a – atentado contra a liberdade de trabalho;
- b – atentado contra a liberdade de contrato de trabalho;
- c – frustração de direito assegurado por lei;
- d – constrangimento ilegal;
- e – concussão.

34ª QUESTÃO- Para que se considere coletivo o abandono de trabalho é indispensável o concurso de pelo menos:

- a – um terço dos empregados da empresa;
- b – dez empregados;
- c - dois terços dos empregados da empresa;
- d – três empregados;
- e – um quinto dos empregados da empresa.

35ª QUESTÃO- Aquele que faz inserir em documento, que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração referente a pessoa que não possua a qualidade de segurado, comete crime de :

- a – falsidade de documento público;
- b – falsidade de documento particular;
- c – estelionato;
- d – condescendência criminosa;
- e – favorecimento pessoal.

36ª QUESTÃO – O advogado que, na mesma causa, defende sucessivamente partes contrárias comete:

- a – crime de patrocínio infiel;
- b – crime de exploração de prestígio;
- c – apenas infração ao Código de Ética;

- d – crime de favorecimento pessoal;
- c – crime de tergiversação.

37ª QUESTÃO- Aquele que dá causa a instauração de investigação policial, contra uma pessoa determinada, imputando-lhe crime que a sabe inocente, comete crime de:

- a- calúnia
- b- denúncia caluniosa
- c- constrangimento ilegal
- d- comunicação falsa de crime
- e- prevaricação

DIREITO CIVIL

38ª QUESTÃO – Durante jornada de trabalho, empregado motorista se envolve em acidente automobilístico em razão de excesso de velocidade, causando danos materiais e pessoais a terceiros. A responsabilidade pela reparação desses danos:

- a-é exclusiva do motorista, já que o atual Código Civil manteve a tradição de responsabilidade civil subjetiva, restando configurada a culpa do empregado por dirigir com excesso de velocidade.
- b-é exclusiva do empregador, já que o motorista estava a serviço, durante a jornada de trabalho, havendo a presunção legal de que cumpria ordens e determinações da empresa;
- c-é do empregado em decorrência da culpa por dirigir com excesso de velocidade, e também do empregador pois, independentemente de culpa, também responde pelos atos praticados por seus empregados no exercício do trabalho
- d-é do empregado, pois o atual Código Civil manteve a tradição de responsabilidade civil subjetiva, estando configurada sua culpa por dirigir com excesso de velocidade, só havendo responsabilidade do empregador se ficar provado que este também agiu com culpa, determinando o cumprimento de tarefa em tempo insuficiente.
- e-é do empregado, pois o atual Código Civil manteve a tradição de responsabilidade civil subjetiva, estando configurada sua culpa por dirigir com excesso de velocidade, só havendo responsabilidade do empregador se este exercia atividade que, por sua própria natureza, ensejava risco acentuado em desfavor de terceiros.

39ª.QUESTÃO – A indenização devida pela prática de crimes contra a honra ou contra a liberdade pessoal:

- a-foi especialmente regulada pelo Código Civil, sendo devida ao ofendido que prove o prejuízo material advindo da ofensa.
- b-foi especialmente regulada pelo Código Civil, sendo devida ao ofendido ainda que não prove o prejuízo material advindo da ofensa.
- c-não foi especialmente regulada pelo Código Civil, estando sujeita às regras gerais sobre a indenização por dano moral, sendo devida ao ofendido que prove o prejuízo material advindo da ofensa.
- d- não foi especialmente regulada pelo Código Civil, estando sujeita à interpretação doutrinária e às regras gerais sobre a indenização por dano moral.
- e-não foi especificamente regulada pelo Código Civil, estando sujeita às regras gerais que disciplinam a indenização por dano moral e a aplicação dos princípios gerais de direito.

40ª QUESTÃO- Quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor, ocorrerá :

- a – Dação em pagamento;
- b- Novação

- c - Imputação em pagamento;
- d - Confusão.
- e- remissão

41ª QUESTÃO – Empresa cede gratuitamente a seu empregado o uso de uma residência para moradia, sem qualquer conotação com o contrato de trabalho, embora lhe seja concomitante. No caso houve:

- a- Comodato.
- b- Mútuo;
- c- empréstimo
- d- cessão do direito de uso
- e- depósito.

42ª QUESTÃO – Assinale a alternativa **CORRETA**, considerando a seguinte hipótese: duas sociedades se unem, formando sociedade nova, que a elas sucede em direitos e obrigações, tendo credores anteriores ao referido ato. Neste caso:

- a – Ocorreu a transformação das empresas, com responsabilidade dos sócios limitada às sociedades, e respectivas obrigações anteriormente existentes.
- b- Trata-se de fusão de empresas, podendo os credores anteriores, se prejudicados, requererem a anulação judicial.
- c – É o caso de cisão de empresas, cabendo os credores prejudicados as devidas providências judiciais para o desfazimento do negócio.
- d- Houve a incorporação de empresas, com responsabilidade solidária dos sócios, pelas obrigações anteriormente contraídas por ambas as sociedades.
- e- caracteriza-se a cessão de empresas, inovação do novo Código Civil, com responsabilidade dos sócios limitada às sociedades e respectivas obrigações anteriormente existentes.

43ª. QUESTÃO- Quanto a boa fé, é **CORRETO** afirmar que:

- a- não está positivada no Código Civil, constituindo-se apenas um dos princípios gerais de direito.
- b- foi prevista expressamente no atual Código Civil em relação aos negócios jurídicos e contratos em geral, com natureza objetiva, de modo que sua ausência caracteriza a ilicitude do ato jurídico.
- c- não está positivada no Código Civil, resultando apenas de construção doutrinária e jurisprudencial.
- d- sua observância só é exigível nos negócios jurídicos, e contratos em geral, quando uma das partes for menor ou incapaz
- e- nos negócios jurídicos, contratos e atos jurídicos sua análise só se torna necessária se foi alegado vício de consentimento.

44ª. QUESTÃO- A transação regulada pelo atual Código Civil:

- a- pode ser anulada por dolo, coação ou por erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa.
- b- pode ser anulada por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.
- c- não pode ser anulada.
- d- se um dos transigentes adquirir, depois da transação, novo direito sobre a coisa renunciada ou transferida, a transação feita o inibirá de exercê-lo.
- e- a transação referente a obrigações resultantes de delito implica na extinção da ação penal, em todas as suas modalidades.

45ª QUESTÃO- Acidente sofrido por João, resulta em lesão que vem acarretar-lhe a diminuição da capacidade de trabalho. Neste caso:

- a- a indenização terá que ser obrigatoriamente paga mês a mês.
- b- a indenização poderá ser paga de uma única vez, dependendo da preferência do prejudicado
- c- a indenização será paga mês a mês, ou de uma única vez, dependendo da escolha do devedor.
- d- a indenização será paga mês a mês, ou de uma só vez, a critério exclusivo do juiz
- e- a indenização será paga de uma só vez, ou mês a mês, dependendo do tipo de tratamento médico a que deve submeter-se o prejudicado.

46ª QUESTÃO- De conformidade com o Código Civil em vigor, há obrigação de indenizar dano causado por ato lesivo:

- a- só se ficar comprovado que o agente agiu com negligência, imprudência e imperícia
- b- só se ficar comprovado que o agente agiu com dolo
- c- só se ficar comprovado que houve culpa presumida do agente.
- d- independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano, por sua natureza, implicar em riscos para os direitos de outrem.
- e- só se ficar comprovado que o ofendido não teve culpa

47ª QUESTÃO Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- Os novos prazos, estabelecidos pelo Código Civil em vigor quanto a prescrição, devem ser objeto de aplicação imediata, pouco importando o tempo já transcorrido sob a égide da lei revogada.
- b- Os novos prazos, estabelecidos pelo Código Civil em vigor quanto a prescrição, só são aplicados em relação aos prazos que ainda não foram iniciados.
- c- Os novos prazos, estabelecidos pelo Código Civil em vigor quanto a prescrição, só são aplicados se já transcorreu mais da metade do prazo sob a lei anterior.
- d- se já transcorreu mais da metade do prazo prescricional, quando entrou em vigor o novo Código Civil, devem continuar a ser observados os prazos estabelecidos na lei anterior.
- e- quante a prescrição, devem ser sempre observados os prazos fixados pela lei que estava em vigor na data do ajuizamento da ação.

48ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- os princípios de probidade e boa-fé só obrigam os contratantes durante a vigência do contrato
- b- os princípios de probidade e boa-fé devem ser observados nas fases pré-contratual, contratual e pós-contratual.
- c- os princípios de probidade e boa-fé só devem ser considerados quando constarem expressamente do contrato.
- d- os princípios de probidade e boa-fé só devem ser considerados quando uma das partes for hipossuficiente.
- e- os princípios de probidade e boa-fé só devem ser considerados em relação as questões de ordem pública.

49ª QUESTÃO – Prestador de serviço terceirizado, que labora nas dependências de empresa que fabrica fogos de artifício, sofre acidente quando inadvertidamente adentra em área de risco. Assinale a alternativa CORRETA:

a- a empresa não responde pelo dano, já que a culpa foi da vítima ao deixar de ter as cautelas necessárias em local de risco.

b- a empresa responderá pelo dano só se ficar provado que houve falha no cumprimento das normas de segurança no local da atividade.

c- a empresa responderá pelo dano, independentemente de cumprir com as normas de segurança no local, tendo em vista a natureza da atividade econômica que explora.

d- a empresa não responderá pelo dano, pois o terceirizado não era seu empregado.

e- a empresa não responderá pelo dano se provar que fornecia a todos que freqüentavam o local os EPIs necessários previstos por lei.

50ª- QUESTÃO- O novo Código Civil inovou ao introduzir o princípio da função social, no que pertine:

a- apenas ao direito de propriedade.

b- somente no que se refere ao comerciante e a empresa

c- exclusivamente em relação à liberdade de contratar

d- em relação ao contrato e ao direito de propriedade.

e- quanto ao direito de propriedade, à empresa e à liberdade de contratar.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

2ª ETAPA - 18/12/2005

Comissão do Concurso

Titulares

Juiz Laurival Ribeiro da Silva Filho - Presidente
Juiz Luis Carlos Candido Martins Sotero da Silva - Membro
Dr. Alexandre Augusto Gualazzi — Membro (OAB)

Suplentes

Juiz Antônio Miguel Pereira
Juíza Olga Aída Joaquim Gomieri
Dr. Claudio Felipe Zalaf — Membro (OAB)

Comissão Examinadora

Titulares

Juíza Tereza Aparecida Asta Gemignani- Presidente
Juiz José Carlos Ábile - Membro
Dr. Mauro Tracci - Membro (OAB)

Suplentes

Juiz Edson dos Santos Pelegrini
Juíza Maria da Graça Bonança Barbosa
Dr. Dárcio José Novo - Membro (OAB)

Boa Sorte !



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

2ª ETAPA - 18/12/2005

INSTRUÇÕES

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura devem ser conferidos. Não rubrique, não dobre e não amasse a **FOLHA-RESPOSTA**.
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno de prova contém **50(cinqüenta) questões**, de múltipla escolha. Verifique também se as questões estão legíveis. **Constando qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa) **solicite imediatamente a substituição. NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.**
3. **Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada.** A Comissão Examinadora, os Presidentes de Sala e os fiscais não darão quaisquer esclarecimentos, pois a compreensão da prova é encargo do candidato.
4. Não se admite rasura na **FOLHA-RESPOSTA** ou uso de corretivos. **NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA-RESPOSTA.**
5. A **FOLHA-RESPOSTA** deve se assinalada com **caneta esferográfica preta.**
6. **É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, livros, códigos e legislação em geral. A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.**
7. Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro.
8. **Por motivo de segurança, não se permite durante a prova, o uso de aparelhos celulares, notebooks, calculadoras e palmtop ou similares. A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.**
9. A prova tem duração de **quatro horas** e esgotado o tempo fica o fiscal autorizado a retirar, de pronto, a **FOLHA-RESPOSTA.**
10. **Aguarde a ordem para abrir o CADERNO DE QUESTÕES.**

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

1ª QUESTAO- Em relação às jornadas especiais de trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a - bancário e telefonista possuem jornada de seis horas diárias e trinta e seis semanais.
- b - operador cinematográfico tem jornada diária de seis horas, sendo cinco em cabina, durante o funcionamento cinematográfico.
- c- no serviço ferroviário, para o pessoal das equipagens de trens em geral, não será considerado como de trabalho efetivo, o tempo gasto em viagens do local ou para o local de terminação e início dos mesmos serviços;
- d- o tempo despendido pelo empregado da boca da mina ao local de trabalho e vice-versa será computado para o efeito de pagamento do salário;
- e- professor goza de nove dias de ausência justificada por motivo de gala.

2ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a- empregada com guarda judicial para fins de adoção de criança até um ano de idade, tem direito à licença-maternidade de cento e vinte dias;
- b-empregada que adota criança com mais de 8 anos de idade, tem direito à licença-maternidade de trinta dias;
- c- em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico, a empregada tem direito a um repouso de duas semanas;
- d- para amamentação, até que o filho complete seis meses de idade, a empregada tem direito, durante a jornada de trabalho, a dois intervalos especiais, de trinta minutos cada um;
- e- durante a gravidez, a empregada tem direito à transferência de função, quando as condições de saúde exigirem.

3ª QUESTAO -Quanto ao trabalho do menor, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- CLT considera menor o trabalhador na faixa etária de dezesseis até dezoito anos;
- b-o menor de dezoito anos pode trabalhar no período noturno, desde que com autorização dos pais ou Ministério do trabalho e Emprego;
- c- não é considerada prejudicial a moralidade do menor a atividade de ginasta em empresas circenses.
- d- quando o menor de dezoito anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão somadas para efeito de limitação legal;
- e- a duração do trabalho do aprendiz, incluindo as horas destinadas a aprendizagem teórica, em nenhuma hipótese poderá excederá a seis horas diárias.

4ª QUESTÃO - Analise os itens abaixo:

- I - incluem nos salários as diárias para viagem que excedam de cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado.
- II - considera-se salário *in natura* a previdência privada, sendo que pelo menos cinquenta por cento do salário contratado deve ser pago em dinheiro.
- III - em caso de dano causado ao empregador, o desconto salarial será lícito na ocorrência de dolo por parte do empregado.
- IV - o pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem.
- V - o salário mensal pode ser pago mediante depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome do empregado, independentemente do consentimento deste.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a- apenas os itens IV e V estão incorretos.
- b- apenas os itens I e III estão corretos.
- c- apenas os itens III e IV estão corretos.
- d- apenas os itens II e V estão incorretos.
- e- apenas os itens II e III estão corretos.

5ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA:

- a- a multa do art. 467 da CLT é devida sobre todas as verbas postuladas e incontroversas que não forem pagas à data do comparecimento à Justiça do Trabalho.
- b- reversão ao cargo efetivo, do exercente de função de confiança, é ilegal, porque a CLT não permite rebaixamento funcional.
- c- as despesas resultantes da transferência só serão suportadas pelo empregador se assim estiver estabelecido no contrato
- d- ocorrendo extinção do estabelecimento em que trabalha o empregado, só é lícita a transferência se houver sua anuência expressa.
- e- a transferência pressupõe necessariamente a mudança de domicílio do empregado, sendo devido o adicional de 25% nas transferências provisórias.

6ª QUESTÃO- Assinale a alternativa CORRETA:

- a- só podem prestar assistência na homologação rescisória o Ministério do Trabalho e Sindicato, nesta ordem preferencial.
- b- o pagamento rescisório pode ser feito em cheque, inclusive para o empregado analfabeto.
- c- qualquer compensação no pagamento das verbas rescisórias não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado
- d- quando o aviso prévio é trabalhado, o prazo para pagamento das verbas rescisórias vai até o décimo dia de seu término.
- e- atraso no pagamento das verbas rescisórias enseja multa a favor do empregado, em valor equivalente a sua maior remuneração auferida na empresa.

7ª. QUESTÃO - Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

- I- apresentação de declaração falsa pelo empregado para fins de obtenção do vale-transporte constitui falta leve.
 - II- são requisitos para tipificação da justa causa: imediatidade, gravidade e singularidade; mas não a capitulação legal.
 - III- as hipóteses de justa causa estão previstas em lei, não comportando ampliação por convenção ou acordo coletivo.
 - IV- a falta contumaz do pagamento de dívidas legalmente exigíveis, mesmo que não tenham natureza bancária, configura justa causa para rescisão do contrato de trabalho do empregado bancário.
 - V- na dispensa indireta, o empregado deve necessariamente parar de prestar serviços, sob pena de caracterizar perdão tácito, se continuar trabalhando.
- a- apenas os itens II e V estão incorretos.
 - b- apenas os itens I e II estão incorretos.
 - c- apenas os itens I, II e V estão incorretos.
 - d- apenas os itens II, III e IV estão incorretos.
 - e- apenas os itens I, III e V estão incorretos.

8ª. QUESTAO- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a-o período de estabilidade gestante conta-se da comprovação da gravidez ao empregador até cinco meses após o parto;
- b-o mandato dos membros eleitos da CIPA tem duração de um ano, permitida somente uma reeleição, o que não se aplica ao suplente que tenha participado de menos da metade do número de reuniões;
- c-empregado acidentado no trabalho tem estabilidade de um ano, independentemente do afastamento da atividade laboral e da percepção do auxílio doença acidentário.
- d-representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, no Conselho Curador do FGTS, possuem estabilidade no emprego, da data em que foi publicado o resultado da eleição, até um ano após o término do mandato;
- e-serviço militar voluntário garante o emprego do operário até sessenta dias após o término do curso.

9ª QUESTAO- Sobre o FGTS, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a- o tempo de serviço anterior à atual Constituição poderá ser transacionado entre empregado e empregador, respeitado o limite mínimo de sessenta por cento da indenização prevista.
- b- o empregador continua obrigado a efetuar o depósito mensal do FGTS nos casos de suspensão do contrato de trabalho para prestação de serviço militar obrigatório e licença por acidente de trabalho.
- c- a empresa não poderá, em nenhuma hipótese, realizar depósitos do FGTS em benefício de diretor, eleito por assembleia geral nos termos de seu estatuto, que recebe *pro labore* mensal, e atua sem subordinação jurídica.
- d- na despedida por culpa recíproca, devidamente reconhecida pela Justiça do Trabalho, a multa fundiária será de vinte por cento.
- e- a conta vinculada do trabalhador poderá ser movimentada quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna ou for portador do vírus HIV.

10ª QUESTÃO Com base nas Súmulas do TST, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a- a mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas *in itinere*
- b- cláusula regulamentar, alterando vantagem concedida, atinge somente os trabalhadores admitidos depois da alteração do regulamento;
- c- a falta de atendimento das exigências legais para adoção do regime de compensação de horário semanal, implica em repetição do pagamento das horas excedentes, acrescidas do respectivo adicional
- d- o sábado do bancário é dia útil não trabalhado, não cabendo a repercussão do pagamento de horas extras habituais em sua remuneração
- e- trabalho prestado para várias empresas do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de emprego, salvo ajuste em contrário;

11ª. QUESTAO- Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a-em jornada de trabalho com duração superior a seis horas diárias, o intervalo intrajornada deve ter a duração máxima de duas horas, salvo acordo escrito ou contrato coletivo.
- b-entre duas jornadas haverá um período mínimo de onze horas para repouso, além do descanso semanal, perfazendo um total de trinta e quatro horas de intervalo entrejornada semanal;
- c-nos serviços permanentes de mecanografia, a cada noventa minutos de trabalho consecutivo deve haver repouso de dez minutos, não deduzidos da duração da jornada normal;
- d-na atividade urbana a hora noturna é computada com a duração de 52 minutos e 30 segundos.
- e-quando a duração do trabalho for de cinco horas diárias, o intervalo para descanso é de 15 minutos.

12ª QUESTÃO – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- faltando injustificadamente quinze dias, o empregado tem direito a vinte e quatro dias de férias, sendo vedado descontar do período de férias as faltas ao serviço.
- b- no regime de trabalho a tempo parcial, o empregado tem direito a férias de dezoito dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte e duas horas.
- c- não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, com percepção de salário, por até trinta dias.
- d- aos menores de dezoito anos e aos maiores de cinquenta anos de idade, as férias serão concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a quinze dias corridos.
- e- todo empregado estudante tem direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

13ª QUESTÃO – Quanto ao trabalho rural, é **CORRETO** afirmar que:

- a- pode ser considerado empregador rural o proprietário, meeiro, arrendatário e integrante do consórcio de produtores, independentemente da natureza da atividade econômica explorada.
- b- as normas previstas na lei 5889/73, que regulamenta o contrato de emprego do rurícola, também podem ser aplicadas aos trabalhadores rurais não empregados.
- c- o intervalo intrajornada deve ser computado na duração do trabalho, pois isso faz parte dos usos e costumes do campo.
- d- para que não sejam computados como de efetivo exercício, os intervalos entre uma e outra parte dos serviços intermitentes deverão ter a duração de no mínimo 6(seis) horas.
- e- o desconto pela ocupação da moradia está limitado a 20% do salário contratual.

14ª QUESTÃO – Dado o aviso prévio pelo empregador, se antes de expirado o prazo, ele reconsiderar o ato:

- a- o empregado pode aceitar ou não a reconsideração.
- b- o contrato de trabalho continua em vigor automaticamente;
- c- a reconsideração não tem qualquer valor porque a rescisão do contrato já se operou;
- d- forma-se novo contrato de trabalho.
- e- a reconsideração só terá efeito se ocorrer até dez dias antes da rescisão, independentemente da anuência do empregado.

15ª QUESTÃO Quanto a Comissão de Conciliação Prévia, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- só pode ser instituída em caráter intersindical;
- b- possui competência para julgar conflitos individuais de trabalho;
- c- instituída no âmbito da empresa será composta de no máximo dez membros;
- d- as pretensões devem ser obrigatoriamente formuladas através de advogado.
- e- interrompe o prazo prescricional.

16ª QUESTÃO- Quanto ao FGTS, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- nos contratos de aprendizagem não há recolhimento mensal do FGTS.
- b- nos contratos de aprendizagem o recolhimento mensal do FGTS é feito pela alíquota de 8%
- c- nos contratos de aprendizagem o recolhimento mensal do FGTS é feito pela alíquota de 2%.
- d- nos contratos de aprendizagem o recolhimento do FGTS não é feito mensalmente mas, sim, de uma única vez, ao final do contrato.
- e- nos contratos de aprendizagem o recolhimento do FGTS só é devido para os maiores de 16 anos

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

17ª QUESTÃO – A Constituição Federal de 1988 ao utilizar a expressão “organização sindical de qualquer grau” recepcionou a legislação celetista que previa a organização sindical através das seguintes entidades :

- a- sindicato como entidade de primeiro grau, além das organizações sindicais de grau superior, as federações e confederações, mas que vedava a criação de outras entidades de classe, como as centrais sindicais que até hoje não foram regulamentadas, apesar de sua existência fática.
- b- sindicato como entidade de primeiro grau, além das organizações sindicais de grau superior, as federações e confederações, mas que nada dispunha sobre a organização das centrais sindicais, que até hoje não foram regulamentadas, apesar de sua existência fática.
- c- sindicato como entidade de primeiro grau, e apenas a confederação como entidade de grau superior, em razão de ter restringido o pagamento das contribuições sindicais para o custeio do sistema confederativo.
- d- sindicato como entidade de primeiro grau, além das organizações sindicais de grau superior como as federações, confederações e centrais sindicais como pessoas jurídicas de direito público.
- e- sindicato entidade de primeiro grau, além das organizações sindicais de grau superior, expressão que abrange federações, confederações, e centrais sindicais como pessoas jurídicas de direito privado.

18ª QUESTÃO – Considerando que as relações individuais de trabalho também são regidas por normas de caráter coletivo, é **CORRETO** afirmar que:

- a- nenhuma das condições estabelecidas em convenções ou acordos coletivos são integradas em definitivo ao contrato de trabalho, ao contrário das condições estabelecidas por sentença normativa.
- b- todas as condições estabelecidas através de convenções, acordos coletivos e sentenças normativas se integram em definitivo ao contrato de trabalho.
- c- as condições estabelecidas através de convenções, acordos coletivos e sentenças normativas não se integram em definitivo ao contrato de trabalho, com exceção das cláusulas que asseguram estabilidade por acidente de trabalho ou doença profissional, verificados no curso da respectiva vigência.
- d- as condições estabelecidas através de convenções ou acordos coletivos e sentenças normativas não se integram em definitivo ao contrato de trabalho, com única exceção da que assegura estabilidade por acidente de trabalho, ocorrido no curso da respectiva vigência.
- e- as condições estabelecidas através de convenções ou acordos coletivos, bem como sentenças normativas, não se integram em definitivo ao contrato de trabalho.

19ª QUESTÃO: Compete a Justiça do Trabalho decidir o conflito de greve, podendo o Ministério Público do Trabalho, de acordo com a Emenda Constitucional n. 45 de 2004:

- a- ajuizar dissídio coletivo no caso de ocorrência de greve em qualquer tipo de atividade, desde que presente a possibilidade de lesão ao interesse público.
- b- ajuizar dissídio coletivo no caso de qualquer tipo greve, a fim de preservar a continuidade da atividade econômica e a manutenção dos empregos.
- c- ajuizar dissídio coletivo apenas quando ocorrer greve em concessionária de serviço público
- d- ajuizar dissídio coletivo no caso de greve em atividade essencial e desde que comprovada a efetiva lesão ao interesse público.
- e- ajuizar dissídio coletivo quando ocorrer greve em atividade essencial e desde que presente a possibilidade de lesão ao interesse público.

20ª. QUESTÃO: A Constituição Federal de 1988 assegurou a liberdade de associação e, especificamente, a liberdade de associação profissional ou sindical como direito dos trabalhadores, razão pela qual, após a promulgação:

- a- o Brasil ratificou a Convenção número 87 da OIT que dispõe sobre a liberdade sindical.
- b- o Brasil não ratificou a Convenção número 87 da OIT, em razão da manutenção pelas normas constitucionais da unicidade sindical, da organização sindical por categoria e da contribuição sindical obrigatória.
- c- o Brasil ratificou a Convenção número 87 da OIT e no prazo previsto pela respectiva norma a denunciou, em razão da manutenção do imposto sindical.
- d- o Brasil não ratificou a Convenção número 87 da OIT apenas por razões políticas, inexistindo incompatibilidade de seus preceitos com as normas constitucionais em vigor, posto que assegurada a plena liberdade de associação e, especificamente, a de associação sindical.
- e- o Brasil não ratificou a Convenção número 87 da OIT pois qualquer forma de regulação é contrária ao princípio da plena liberdade sindical.

DIREITO COMERCIAL

21ª QUESTÃO – De conformidade com a Lei n. 11.101/05 que disciplina a falência do empresário e da sociedade empresária:

- a- A decisão que conceder a recuperação judicial constituirá título executivo nos termos do artigo 584 III do CPC.
- b- O devedor poderá, a qualquer tempo, desistir do pedido de recuperação judicial, independentemente da manifestação dos credores.
- c- Independentemente do tamanho e do porte da empresa, a consulta e aprovação de todos os credores é imprescindível para conferir legitimidade ao plano de recuperação.
- d- A homologação judicial do plano de recuperação só será necessária quando for requerida pelo Ministério Público, que atua como fiscal da lei.
- e- são exigíveis do devedor as despesas que os credores tiveram que fazer para participar da recuperação judicial e da falência.

22ª QUESTÃO - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a – uma só duplicata pode corresponder a mais de uma fatura;
- b – a duplicata nem sempre indicará o valor total da fatura;
- c – o aval dado posteriormente ao vencimento do título não produzirá os mesmos efeitos que o prestado anteriormente àquela ocorrência;
- d – aplicam-se à duplicata, no que couber, os dispositivos da legislação sobre emissão, circulação e pagamento do cheque;
- e – a duplicata admite reforma ou prorrogação do prazo do vencimento.

23ª QUESTÃO– Em relação ao representante comercial é **CORRETO** afirmar que:

- a – não pode emitir títulos de créditos para cobrança de comissões;
- b – o pagamento das comissões deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da liquidação da fatura.

c – a exclusividade de representação, na ausência de ajuste expresso, é presumida;

d – a quebra, mesmo que indireta da exclusividade, se prevista no contrato, é motivo para o representante requerer a rescisão do contrato de representação;

e – o representado não pode reter as comissões devidas ao representante em nenhuma hipótese.

24ª QUESTÃO- O sistema do ônus da prova disciplinado pelo Código de Defesa do Consumidor:

a- é igual ao do processo do trabalho, incumbindo à parte provar as suas alegações;

b-é igual ao do processo civil, incumbindo ao Autor provar os fatos constitutivos, e ao Réu provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do Autor;

c- é mais protetivo que o processo do trabalho e o processo civil, já que sempre determina a inversão do ônus da prova em favor do consumidor.

d- é mais protetivo que o processo do trabalho e o processo civil, já que possibilita a inversão do ônus da prova em favor do consumidor quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.

e- tem sistema inovador e diferente tanto do processo civil como do processo do trabalho, determinando a inversão do ônus probatório sempre que o consumidor provar que é hipossuficiente.

25ª QUESTÃO- O Código de Defesa do Consumidor regula e define:

a- os direitos e os interesse difusos como de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas, ligadas por circunstâncias fáticas ou de direito.

b- os interesses e direitos difusos, assim considerados os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas, ligadas por circunstâncias de fato.

c- apenas os direitos difusos, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determinadas, ligadas por circunstâncias fáticas e de direito;

d- apenas os direitos difusos, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas ou determinadas, ligadas por circunstâncias de direito.

e- interesses difusos, de natureza divisível, de que sejam titulares apenas pessoas indeterminadas, ligadas por circunstâncias de fato e de direito.

26ª QUESTÃO- A legitimação, para defesa coletiva, dos direitos do consumidor em Juízo:

a- é concorrente do Ministério Público; União, Estados, Municípios e Distrito Federal; Órgãos de Defesa do Consumidor ; associações de qualquer natureza e Sindicatos, desde que constituídos há pelo menos um ano;

b- é concorrente do Ministério Público; União, Estados, Municípios e Distrito Federal; entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta e qualquer associação legalmente constituída há pelo menos um ano;

c- é concorrente do Ministério Público, União, Estados, Municípios e Distrito Federal; entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, e associações que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC, legalmente constituídas há pelo menos um ano, podendo o juiz dispensar esse requisito quando houver manifesto interesse social, nos termos da lei.

d- é concorrente do Ministério Público; União, Estados e Municípios; entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta e associações legalmente constituídas há pelo menos um ano, não prevendo a lei a dispensa de tal requisito.

e- é concorrente do Ministério Público; União, Estados, Municípios e Distrito Federal; entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais e associações constituídas na época em que ocorreu a lesão.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

27ª QUESTÃO – João é empregado da empresa A, que em sua composição societária tem duas pessoas físicas e duas pessoas jurídicas. A fim de atender as novas necessidades do mercado, a referida empresa sofre um processo de cisão, que resulta na criação das empresas B e C. Sem qualquer interrupção de seu trabalho, João passa a trabalhar para a empresa B, que posteriormente foi extinta, oportunidade em que João imediatamente vai trabalhar para a empresa C, com nova função e salário maior. Após três anos é dispensado inotivadamente, mas não recebe as verbas rescisórias e fundiárias devidas. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- Poderá ajuizar duas ações trabalhistas. Uma contra a empresa B, em relação ao 1º período para ela trabalhado. Outra contra a empresa C quanto ao 2º período trabalhado
- b- Deverá obrigatoriamente acionar as duas empresas, pois uma não responde pelo período trabalhado para outra
- c- Só poderá pleitear os direitos do 2º contrato, trabalhado para a empresa C, pois o 1º está prescrito.
- d- Deverá ajuizar uma ação, só contra a empresa C, que responde por todo o período contratual como sucessora.
- e- Deverá ajuizar duas ações trabalhistas. Uma contra o sócio pessoa física, da empresa B, em relação ao 1º período para ela trabalhado. Outra contra a empresa C quanto ao 2º período trabalhado

28ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- Na Justiça do Trabalho são títulos executivos judiciais somente as decisões passadas em julgado, os acordos homologados e os Termos de Ajuste de Conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho;
- b- No processo de execução, aplica-se subsidiariamente a lei dos executivos fiscais da Fazenda Pública Federal e o CPC, nesta ordem;
- c- sendo líquida a sentença, a liquidação poderá ser feita por cálculo, arbitramento ou artigos;
- d- a execução de título executivo extrajudicial não é cabível na Justiça do Trabalho;
- e- citado, o executado tem vinte e quatro horas para pagar ou garantir a execução, sob pena de penhora.

29ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a- Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida a Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução *ex officio*
- b- Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não-pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.
- c- somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo;
- d- considera-se exigível o título judicial, ainda que a sentença seja fundada em lei declarada inconstitucional pelo STF, diante da supremacia da coisa julgada;
- e- os embargos de terceiro são admitidos no processo de execução trabalhista, nas hipóteses previstas pelo CPC;

30ª QUESTÃO-Assinale a alternativa CORRETA:

- a-considera-se fraude à execução a alienação de bens quando, ao tempo da alienação, corria contra o devedor demanda incapaz de reduzi-lo à insolvência;
- b-no processo de execução, os embargos de terceiro são cabíveis até cinco dias antes da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta;
- c-remição é o perdão da dívida;
- d-a arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação;
- e- para fins de execução, considera-se de pequeno valor os débitos que tenham valor igual a sessenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios;

31ª QUESTÃO-Acerca da execução das contribuições previdenciárias, assinale a alternativa INCORRETA:

- a-comporta execução *ex officio*, ainda que a sentença exequenda tenha sido omissa sobre a questão, inexistindo ofensa a coisa julgada, face ao caráter de ordem pública da matéria.
- b- a liquidação da sentença exequente não se restringe apenas ao crédito trabalhista, devendo abranger também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas;
- c-elaborada a conta, o INSS será intimado para manifestação, no prazo de dez dias, sob pena de preclusão;
- d-a atualização do crédito previdenciário segue os critérios estabelecidos pela legislação trabalhista;
- e-havendo comprovação do parcelamento do débito previdenciário perante o INSS, a respectiva execução fica suspensa até final e integral cumprimento do parcelamento.

32ª. QUESTÃO- Assinale a alternativa CORRETA:

- a-inquérito judicial para apuração de falta grave, contra empregado protegido por estabilidade sindical, deve ser ajuizado por escrito, no prazo de trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, sob pena de prescrição;
- b-empregado não pode se valer da ação de consignação em pagamento, por ausência de previsão legal;
- c-existe direito líquido e certo, tutelável pela via mandamental, visando a concessão de liminar ou homologação de acordo
- d-ação monitória tem por fundamento prova escrita com eficácia de título executivo, objetivando pagamento de soma em dinheiro;
- e-na ação monitória, se não houver embargos, constituir-se-á de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo.

33ª QUESTÃO- Em relação ao rito sumaríssimo, assinale a alternativa CORRETA:

- a - as testemunhas, até o máximo de duas para cada fato alegado, comparecerão à audiência de instrução independentemente de intimação;
- b - sobre os documentos apresentados por uma das partes, em qualquer caso, a parte contrária deverá manifestar-se no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias;
- c - a petição inicial deverá conter pedido certo e determinado, mas não é necessário indicar o valor correspondente, pois isso pode ser apurado em execução;
- d - desde que não ultrapasse o limite de quarenta vezes o salário mínimo vigente na época da audiência, toda reclamação trabalhista deverá seguir o rito sumaríssimo;
- e - interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de trinta dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.

34ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a - é cabível ação rescisória da sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito;
- b - a simples propositura da ação rescisória não suspenderá a execução da sentença rescindenda.
- c - o prazo para propor ação rescisória é decadencial;
- d - a ação rescisória deve ser ajuizada no prazo de dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão rescindenda;
- e - cabe ação rescisória quando a sentença foi proferida por juiz absolutamente incompetente;

35ª QUESTÃO Pretendendo recorrer de decisão que lhe foi desfavorável, autarquias e fundações públicas municipais que não exploram atividade econômica, deixam de efetuar o depósito recursal, bem como de recolher custas. Neste caso:

- a- O recurso não será processado, por falta de pressuposto objetivo de admissibilidade, pois não houve o devido preparo
- b-O Juízo de 1º grau deverá conceder um prazo de 5 dias para sanar esta irregularidade, se o recurso for tempestivo.
- c-O Juízo de 1º grau concederá o prazo de 10 dias, em dobro, para sanar esta irregularidade, por se tratar de ente público.
- d-O recurso será processado regularmente, independentemente da efetivação do depósito recursal e do recolhimento de custas.
- e- Ao examinar os pressupostos de admissibilidade e considerar que se trata de ente público, o Juízo Recursal concederá o prazo de 10 dias para regularização.

36ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- expedido o precatório, não cabe mais qualquer revisão dos cálculos anteriormente homologados, por ter ocorrido a preclusão
- b-expedido o precatório, só cabe revisão dos cálculos anteriormente homologados, se houver pedido do Ministério Público do Trabalho.
- c- expedido o precatório, só cabe revisão dos cálculos anteriormente homologados quanto ao cômputo da correção monetária
- d- expedido o precatório, só cabe revisão dos cálculos anteriormente homologados quanto as incidências previdenciárias e fiscais.
- e- as contas anteriormente elaboradas para aferir o valor dos precatórios, antes de seu pagamento ao credor são passíveis de revisão pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes.

37ª QUESTÃO- A matéria de defesa na Justiça do Trabalho pode ser alegada através da contestação, exceção e reconvenção, sendo **CORRETO** afirmar:

- a- na ação declaratória não cabe reconvenção, já que a CLT é omissa a respeito, aplicando-se as normas do CPC.
- b- a compensação somente pode ser alegada como matéria de defesa, conceito amplo que abrange a contestação e a reconvenção.
- c- da decisão que acolhe exceção de incompetência absoluta, não cabe recurso na Justiça do Trabalho, se determinada a remessa para a Justiça competente, já que nessa hipótese a decisão não foi terminativa.
- d- nas decisões sobre exceção de incompetência absoluta, se acolhida, cabe recurso de imediato na Justiça do Trabalho.
- e- as exceções de suspeição, impedimento e incompetência não suspendem o curso do processo.

38ª QUESTÃO- Tendo em vista as Súmulas do C. TST, marque a alternativa **CORRETA**:

- a- a reclamação trabalhista, mesmo que arquivada, interrompe a prescrição em relação a todos os pedidos decorrentes da relação contratual;
- b- a indicação de perito assistente técnico é faculdade da parte, que deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia;
- c- o recurso adesivo só é cabível se a matéria nele veiculada estiver relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- d- a cassação do efeito suspensivo concedido a recurso interposto de sentença normativa retroage à data da interposição do recurso;
- e- em embargos de terceiro, o recurso de revista só é cabível se houver violação à lei federal;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39ª QUESTÃO- Em relação ao processo civil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a- a contestação e a reconvenção devem ser oferecidas simultaneamente, em peças autônomas;
- b- a exceção será processada em apenso aos autos principais.
- c- as matérias preliminares elencadas no art. 301 do CPC são de ordem pública, por isso o juiz pode conhecer de ofício de todas elas;
- d- recebida a exceção, até que seja definitivamente julgada, o processo fica suspenso.
- e- a desistência da ação não obsta ao prosseguimento da reconvenção.

40ª. QUESTÃO- Não é caso de impedimento do juiz:

- a- quando estiver postulando, como advogado da parte, o seu parente afim, na linha colateral até o segundo grau;
- b- quando for parente afim, de alguma das partes, em linha colateral, até o terceiro grau;
- c- quando anteriormente funcionou no processo como órgão do Ministério Público;
- d- quando for órgão de direção de pessoa jurídica, parte na causa;
- e- quando alguma das partes for sua credora;

41ª. QUESTÃO- Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a- A sentença deve ser certa, mesmo quando tenha que decidir sobre relação jurídica condicional;
- b- A sentença condenatória produz a hipoteca judiciária, embora a condenação seja genérica;
- c- A indenização por perdas e danos substitutiva da obrigação de fazer, ou não fazer, dar-se-á sem prejuízo da multa;
- d- Tratando-se de relação jurídica continuativa, sobrevindo modificação no estado de fato poderá ocorrer revisão do que foi estatuído na sentença.
- e- A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, também integra a coisa julgada.

42ª. QUESTÃO- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a- o recurso pode ser interposto somente pela parte vencida;
- b- o recurso ordinário será julgado pelo STJ, quando a causa envolver Estado estrangeiro e Município;
- c- o recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que com a anuência do recorrido, desistir do recurso;
- d- embargos de declaração suspendem o prazo recursal;
- e- recurso adesivo cabe na apelação, no prazo de quinze dias da intimação da sentença.

43ª. QUESTÃO – O indeferimento da medida cautelar não obsta que a parte intente a ação principal, nem influi no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar, acolher a alegação de :

- a - impossibilidade jurídica do pedido e ausência de interesse processual;
- b - decadência ou prescrição do direito de ação do autor.
- c – incompetência relativa ou absoluta;
- d – ausência de “fumus boni iuris” e “periculum in mora”;
- e – inépcia da petição inicial.

44ª QUESTÃO- Quando o título judicial for sentença que contenha parte líquida e outra ilíquida, o credor:

- a – não poderá promover ao mesmo tempo a execução da parte líquida e a liquidação da parte ilíquida;
- b – poderá promover a execução da parte líquida antes de efetuar a liquidação da parte ilíquida somente se o devedor concordar;
- c – poderá promover simultaneamente a execução da primeira e a liquidação da segunda;
- d – deverá, obrigatoriamente, promover primeiro a liquidação da parte ilíquida e, só depois de concluída, executar ambas de uma só vez.
- e – não poderá efetuar a liquidação da parte ilíquida enquanto não terminar a execução da parte líquida.

45ª QUESTÃO- São absolutamente impenhoráveis:

- a – as provisões de alimento e de combustível, necessárias à manutenção do devedor e sua família durante seis (06) meses;
- b – os livros, as máquinas, os utensílios e os instrumentos úteis ao exercício de qualquer profissão;
- c - as imagens e os objetos do culto religioso de grande valor;
- d – em qualquer caso, os materiais necessários para obras em andamento;
- e – em qualquer hipótese, os vencimentos dos funcionários públicos.

46ª QUESTÃO - Quanto à natureza jurídica da ação é **CORRETO** afirmar que:

- a- é de direito público subjetivo, de natureza processual, sendo dirigida a pretensão em face do réu, e o pleito de provimento jurisdicional direcionado ao Estado.
- b- é de direito público subjetivo, de natureza processual, sendo a pretensão dirigida em face do réu, já que a ação é o próprio direito reagindo contra a ameaça ou violação.
- c- é de direito público subjetivo, de natureza constitucional, sendo previsto pela CF/67 (EC 01/69), em preceito mantido pela atual Carta, sem a exceção anteriormente autorizada.
- d- é de direito público subjetivo, de natureza constitucional, sendo previsto pela CF/67 (EC 01/69), em preceito mantido pela atual Carta, com a mesma redação.
- e- é de direito público subjetivo, de natureza constitucional, sendo previsto pela primeira vez pela Constituição Federal de 1988 como direito e garantia fundamental do indivíduo.

47ª QUESTÃO- Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a-uma causa é prejudicial a outra quando versa sobre uma relação jurídica de cuja existência ou inexistência dependa o teor da decisão de outro processo.
- b-a pendência de um processo contendo causa prejudicial não é impeditiva do prosseguimento de outro processo, mas é aconselhável que ocorra sua suspensão.
- c-para que ocorra a suspensão do processo, que tem por objeto a causa prejudicada, é necessário que aquele que contém a causa prejudicial tenha sido instaurado em primeiro lugar .
- d-a suspensão processual não pode ser superior a um ano.
- e-só por prejudicialidade externa se suspende o processo, nunca pela interna.

48ª QUESTÃO- Se a execução da condenação ao pagamento de indenização por ato ilícito, incluir prestação de alimentos, o juiz:

- a- nomeará um tutor para cuidar do alimentando.
- b- condenará o devedor a constituir um capital, que será inalienável e impenhorável representado por imóveis ou títulos da dívida pública, cuja renda assegure o seu cabal cumprimento.
- c-condenará o devedor a constituir um capital, cuja renda assegure o seu cabal cumprimento, que poderá ser alienado mediante requerimento.
- d-determinará que o devedor indique um fiador, ou avalista, que assegure com maior eficácia o cumprimento da obrigação.
- e-determinará que a cônjuge do devedor conceda outorga uxória, para que seja garantido o integral cumprimento da obrigação

49ª QUESTÃO – Assinale a alternativa **CORRETA** :

- a- cabe oposição até o encerramento da instrução, a quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu;
- b- a nomeação à autoria é cabível apenas em relação ao proprietário;
- c- a denunciação da lide é obrigatória àquele que estiver obrigado por contrato a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda;
- d- a citação do denunciado pode ser requerida a qualquer tempo, até o encerramento da instrução.
- e- o chamamento ao processo só pode ser requerido pelo réu em relação aos credores solidários;

50ª QUESTÃO- Quanto à falsidade de documento, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a- suscitado o incidente de falsidade, o juiz suspenderá o processo principal.
- b- incumbe à parte que contestar ser sua a assinatura, no documento produzido e apresentado pela outra parte, o ônus da respectiva prova.
- c- os registros domésticos fazem prova contra quem os escreveu, quando declaram o recebimento de um crédito.
- d- o documento particular escrito e assinado, ou ainda que somente assinado, presume-se verdadeiro quanto ao signatário; se contiver declaração de ciência relativa a determinado fato, prova apenas a declaração, mas não o fato.
- e- a nota escrita pelo credor, em qualquer parte de documento, que está em poder do devedor, ainda que não assinada, faz prova em benefício deste último.



**XX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO
PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO
COMUNICADO**

A Banca Examinadora da Prova de Conhecimentos Gerais de Direito torna público o gabarito da referida prova, realizada nos dias 17 e 18 de dezembro do corrente ano:

1ª ETAPA

01 - B	11 - C	21 - A	31 - D	41 - A
02 - C	12 - A	22 - C	32 - B	42 - B
03 - A	13 - C	23 - A	33 - A	43 - B
04 - B	14 - A	24 - A	34 - D	44 - A
05 - D	15 - A	25 - B	35 - A	45 - B
06 - D	16 - E	26 - C	36 - E	46 - D
07 - A	17 - C	27 - A	37 - B	47 - D
08 - D	18 - A	28 - B	38 - C	48 - B
09 - C	19 - B	29 - D	39 - B	49 - C
10 - E	20 - A	30 - E	40 - B	50 - D

2ª ETAPA

(51) 01 - A	(61) 11 - B	(71) 21 - A	(81) 31 - D	(91) 41 - E
(52) 02 - B	(62) 12 - B	(72) 22 - E	(82) 32 - E	(92) 42 - B
(53) 03 - D	(63) 13 - B	(73) 23 - D	(83) 33 - E	(93) 43 - B
(54) 04 - D	(64) 14 - A	(74) 24 - D	(84) 34 - A	(94) 44 - C
(55) 05 - E	(65) 15 - C	(75) 25 - B	(85) 35 - D	(95) 45 - B
(56) 06 - C	(66) 16 - C	(76) 26 - C	(86) 36 - E	(96) 46 - C
(57) 07 - C	(67) 17 - B	(77) 27 - D	(87) 37 - D	(97) 47 - C
(58) 08 - B	(68) 18 - C	(78) 28 - B	(88) 38 - B	(98) 48 - B
(59) 09 - C	(69) 19 - E	(79) 29 - D	(89) 39 - C	(99) 49 - C
(60) 10 - C	(70) 20 - B	(80) 30 - D	(90) 40 - E	(100) 50 - B

Campinas, 18 de dezembro de 2005.
Juiza Tereza Aparecida Asta Gemignani
Presidente da Banca Examinadora